



idp

Brasília/DF
Março/2022

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 5º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

CADERNO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471c Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP (5 : 2022 : Brasília, DF).

Caderno de resumos : Anais [recurso eletrônico] / 5º Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP; organizador por Caio Cordeiro de Resende... [et al]. — Brasília-DF: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa-IDP, 2022.

27 p.

Disponível em:

<https://portalgt.idp.edu.br/seminariosadministracaopublica/issue/archive>

1. Administração Pública — seminário. 2. Administração Pública — pesquisa. I. Título. II. Resende, Caio Cordeiro (org.)

CDD 350

Elaborada por Natália Bianca Mascarenhas Puricelli – CRB 1/3439

Anais do 5º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
11 e 12 de março de 2022

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 5º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF
Março/2022

CADERNO DE RESUMOS



Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Escola de Gestão, Economia e Negócios do IDP – EGEN
Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP
Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende
Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro
Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire
Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann
Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho
Renan Silveira Holtermann
Matheus Gonçalves da Silva e Souza
Gabriela Gadeia Brito Jardim

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia
Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior
Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro
Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti

ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Editoração:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire
Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann
Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Revisão:

Renan Silveira Holtermann
Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Marketing:

Antonio Zaninetti

Design e Diagramação:

Norberto Junior

Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “Seminário de Pesquisas Discentes” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne os discentes que se encontram em etapa de construção do projeto de pesquisa, em geral ainda cursando a disciplina “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recebe os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e busca reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da quinta edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizada em março de 2022.

Boa leitura!

SUMÁRIO

A efetividade da Controladoria Geral do Município de Novo Mundo no controle e fiscalização da gestão pública municipal e no combate à corrupção <i>Alcielly Vitorino De Carli</i>	8
Integridade Pública: Um estudo com comissões de ética de empresas estatais <i>Alessandra Rangelero Fiorentini</i>	9
Atendimento ao público: disrupção digital no âmbito de uma estatal de saneamento <i>Ana Paula Pacheco da Silva Souza</i>	10
Gestão pública das viaturas militares do Exército Brasileiro: uma análise dos impactos no Comando Logístico <i>Carlos Dimitrius da Cruz Silvestre</i>	11
Relação entre competências gerenciais e bem-estar na Justiça Militar da União <i>Erlanderson Barbosa Oliveira</i>	12
Implantação de um Programa de Meritocracia no Hospital das Forças Armadas: Uma Proposta <i>Fábio Felipe Silva</i>	13
Manual de implementação da Norma NBR ISO 9001 em Ouvidorias Públicas: estudo de caso da Ouvidoria do Ministério Público Federal - MPF <i>Fábio Montenegro Braga</i>	14
Governança de TI em estatais e sua influência na execução do orçamento. <i>Fernando Henrique de Souza Santos</i>	15
Os impactos da migração venezuelana para a administração pública no estado de Roraima <i>Gabriel Mota e Silva</i>	16
Auxílio Brasil, avanços e limites no combate às desigualdades sociais e de renda no Brasil, pós Covid-19 <i>Gilson Adriano de Oliveira Lima</i>	17
Dinamização no CBMDF de Modelos de Gestão Contemporâneos <i>Japhet Alves Pereira Leite</i>	18
Orçamento público: importante ferramenta de avaliação das políticas públicas ao programa de governo <i>Luciene Morais Paulo Coradini</i>	19

Eficácia investigativa em crimes de homicídios e feminicídios nas delegacias circunscricionais da PCDF <i>Marcelo Zago Gomes Ferreira</i>	20
Fiscalização dos contratos administrativos: Definição de mecanismo adequado de fiscalização interna <i>Ricardo Adriano Haacke</i>	21
Efetividade do alinhamento estratégico dos investimentos em participação societária <i>Roberto Monteiro</i>	22
Compras públicas centralizadas: a experiência da Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado do Amapá <i>Rodrigo Marques Pimentel</i>	23
Governança e combate à corrupção: a implantação do Programa de Integridade em um Tribunal Regional do Trabalho <i>Suzana Regina da Silva Fernandes</i>	24
Governança Corporativa na Lei das Estatais: Desafios e Oportunidades <i>Walma Aguiar Martins</i>	25
O desafio da economia local dos pequenos município diante dos processos digitais de compras públicas estabelecidos pela Lei 14.1333/2021 <i>Wederson Advincula Siqueira</i>	26

A EFETIVIDADE DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT NO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Alicielly Vitorino De Carli¹

Resumo: O presente projeto tem como problema de pesquisa compreender se a Controladoria Geral do Município de Novo Mundo/MT está sendo eficiente no controle e fiscalização da Gestão Pública Municipal, a fim de mitigar erros, coibir fraudes e combater a corrupção. A Controladoria Geral do Município é o órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal, e tem a finalidade do controle e fiscalização dos atos da gestão pública, para garantir que estes atendam às legislações e a probidade administrativa, e é desse órgão que se espera a detecção de erros, ilegalidades ou fraudes, e assim o combate à corrupção. Para isso, propõe-se a análise dos dados levantados em auditorias realizadas pela Controladoria e pelo TCE/MT e a comparação destas entre períodos diferentes para identificar a evolução das melhorias ou a reincidência de erros.

¹ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Controladora Interna na Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT.

INTEGRIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COM COMISSÕES DE ÉTICA DE EMPRESAS ESTATAIS

Alessandra Rangearo Fiorentini²

Resumo: O presente trabalho busca identificar os fatores decorrentes da implementação do Programa de Integridade e atuação no respectivo sistema que interferem no alcance do objetivo institucional das comissões de ética de promoção da ética pública e contribuir para aumentar a efetividade dessa atuação. Com este estudo pretende-se levantar e analisar as percepções de membros das comissões de ética de empresas estatais sobre aspectos da atuação no sistema de integridade que interferem no alcance do objetivo institucional dessas instâncias. Pretende-se mapear aspectos considerados viabilizadores e dificultadores e (em relação a esses últimos) apresentar medidas que contribuam para uma atuação mais efetiva das comissões. Os resultados dessa pesquisa podem trazer subsídios a estudos mais amplos de avaliação da efetividade dessa política pública.

² Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Analista no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

ATENDIMENTO AO PÚBLICO: DISRUPÇÃO DIGITAL NO ÂMBITO DE UMA ESTATAL DE SANEAMENTO

Ana Paula Pacheco da Silva Souza³

Resumo: As estatais de saneamento são instituições prestadoras de serviço público de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. O desenvolvimento dessas atividades resulta em diversas interações com os cidadãos, as quais geralmente possuem alto percentual de reclamação pela delonga no atendimento, pelo desencontro de informações e orientações prestadas, e por processos destoantes da necessidade da população. Sendo assim, essas organizações devem valer-se da padronização das informações e orientações, da promoção de acesso e acolhimento, e do fomento de iniciativas de inovação, para correção de seus processos de atendimento. Neste sentido, discute-se a proposta de Disrupção por meio de conceitos de Governo Digital e da implementação de ferramentas tecnológicas, para avaliação das formas de prestação dos serviços e seus principais indicadores, e das novas abordagens de estruturação de fornecimento de atendimento, tendo como objetivo primordial a entrega de um serviço com mais comodidade, celeridade e qualidade, com foco na satisfação das expectativas dos usuários e na melhoria contínua da cadeia de valor institucional.

³ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, como administradora na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB).

GESTÃO PÚBLICA DAS VIATURAS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NO COMANDO LOGÍSTICO

Carlos Dimitrius da Cruz Silvestre⁴

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade analisar como o Exército Brasileiro poderá realizar ações de gestão pública, com a finalidade de racionalizar recursos orçamentários destinados à gestão do ciclo de vida de viaturas operacionais sobre rodas sem afetar o desempenho de sua missão de contribuir para a defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e da defesa da lei e da ordem. Para cumprir suas atribuições, o exército deve possuir profissionais qualificados e materiais em quantidade e qualidade adequados ao desempenho de suas atribuições. Face ao vasto território nacional, a quantidade de viaturas operacionais que a Força necessita traz um desafio para o Comando do Exército, em relação ao planejamento da gestão do ciclo de vida dessas viaturas, ocasionadas pela insuficiência de erário em relação às demandas para a manutenção de material e para a capacitação profissional. Desta forma, a fim de se antecipar a um cenário em que a insuficiência de recursos possa afetar a capacidade operacional da Força, o Comando Logístico determinou que fossem realizados estudos com o intuito de propor medidas a serem adotadas para que haja uma racionalização dos gastos, de forma a se obter a máxima eficiência do emprego dos recursos para reduzir possíveis impactos no poder de combate do exército. Tais estudos abrangerão as consequências e resultados de uma proposta de revisão da estratégia da gestão do ciclo de vida das viaturas operacionais, dentro da estrutura organizacional do Exército Brasileiro, com foco na gestão da manutenção, na gestão do ciclo de vida do material, incluindo o seu desfazimento, na análise da execução orçamentária e na capacitação profissional, o que poderá necessitar de revisão normativa e revisão de processos internos adotados pelos vários escalões hierárquicos da Força, desde as Organizações Militares isoladas, até o Órgão de Direção Geral, que é o Comando do Exército.

⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Major do Exército Brasileiro e atua na Diretoria de Material do Comando Logístico do Exército Brasileiro.

RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS E BEM-ESTAR NA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Erlanderson Barbosa Oliveira⁵

Resumo: A presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: qual o impacto que as competências de gestores tem em proporcionar bem-estar aos servidores, no contexto da Justiça Militar da União? Competência no meio organizacional refere-se a um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e atributos pessoais que ajudam na realização de determinado objetivo. Por sua vez, bem-estar pode ser entendido como um construto multidimensional integrado por três componentes: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. Parte-se da hipótese de que os fatores das competências gerenciais influenciam no bem-estar dos subordinados. Trata-se de uma pesquisa predominantemente quantitativa, de natureza explicativa com escopo relativo a um estudo de caso único holístico de recorte transversal e delineamento correlacional. Serão aplicados questionários por meio eletrônico e os dados serão analisados em softwares estatísticos.

⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Técnico Judiciário no Superior Tribunal Militar (STM).

IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MERITOCRACIA NO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: UMA PROPOSTA

Fábio Felipe Silva⁶

Resumo: No âmbito das discussões sobre a necessidade de modernização da administração pública brasileira, se destacam os estudos sobre temas como melhoria da eficiência na administração pública e valorização dos profissionais que servem ao Estado. Nesse sentido, o presente Projeto de Pesquisa está baseado no seguinte problema de pesquisa: A implantação de um Programa de Meritocracia no Hospital das Forças Armadas poderá servir como ferramenta para a valorização do profissional lotado naquele nosocômio? O objetivo desse projeto é atender a demanda apresentada na ação número 2 (Valorização do Mérito Profissional) do objetivo estratégico número 1 (Fortalecimento da Dimensão Humana) do Plano Estratégico do (HFA) (2021-2024) e seu o desdobramento estratégico até 2030. Para alcançar o objetivo estabelecido, a metodologia será baseada em pesquisa, com consulta à bibliografia sobre: Governo Federal, quanto à modernização da Administração Pública no Brasil. Paralelamente, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de obter dados sobre o conhecimento de instituições privadas sobre a implantação de programas de meritocracia. As fontes bibliográficas serão buscadas, principalmente, na literatura apresentada em trabalhos acadêmicos, artigos científicos e livros que tratam fundamentalmente sobre modernização da administração pública e, também, na rede mundial de computadores.

⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Chefe de Divisão no Hospital das Forças Armadas (HFA).

MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA NBR ISO 9001 EM OUVIDORIAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Fábio Montenegro Braga⁷

Resumo: O trabalho de pesquisa busca responder a seguinte questão de pesquisa: como implementar nas Ouvidorias Públicas um Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, baseado na norma ISO 9001, que incentiva a melhoria contínua dos serviços ofertados à sociedade? De maneira concisa, a ISO 9001 especifica requisitos para um sistema de gestão da qualidade quando uma organização. No Brasil, para obter a certificação 9001 a empresa precisa sofrer uma auditoria de certificação realizada pelos certificadores reconhecidos pelo IAF (International Accreditation Forum). No caso do Brasil, o órgão responsável é o INMETRO. Este trabalho consiste em um estudo de caso, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem multimétodos, ou seja, tanto se encaixa numa perspectiva qualitativa quanto quantitativa. Ao fim, pretende-se formular um Manual de implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, baseado na norma ISO 9001, em Ouvidorias Públicas.

⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Servidor Público Federal no Ministério Público Federal – Procuradoria-Geral da República (PGR).

GOVERNANÇA DE TI EM ESTATAIS E SUA INFLUÊNCIA NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.

Fernando Henrique de Souza Santos⁸

Resumo: Gestores de empresas públicas e privadas precisam otimizar os usos de seus recursos, quase sempre escassos, de modo a permitir a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados a seus clientes, sejam eles de empresas privadas ou públicas. Gestores públicos devem estar atentos aos serviços gerados em suas organizações, entregando ao cidadão serviços de qualidade. A boa prática do uso de recursos orçamentários recomenda que a execução esteja sempre o mais próximo possível dos valores orçado, evitando-se desta forma a sobra de recursos ou gastos além do previstos. Para Weill e Ross (2006, p.3) a governança de TI, é fator diferencial para uma empresa, não só para a qualidade dos serviços realizados, mas também para a boa gestão dos recursos financeiro. Este trabalho tem como objetivo identificar a influência a boa governança de TI sobre a execução de orçamentos nas empresas governamentais. Pretende-se, ao final do trabalho, responder a seguinte pergunta: Órgãos públicos, onde há uma governança de TI mais bem estruturada, apresentam melhor execução orçamentária? Para a avaliação da hipótese serão utilizadas informações públicas, de questionários disponibilizados no site do TCU e os dados referentes aos planejamentos e execução dos orçamentos de TI dos respectivos órgãos.

⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Engenheiro Civil.

OS IMPACTOS DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

Gabriel Mota e Silva⁹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar quais os impactos sociais e econômicos da migração venezuelana para a saúde pública no estado de Roraima, bem como objetivos específicos identificar, através de dados, quais as principais mudanças no funcionamento dos hospitais, maternidades, postos de saúde, dentre outros, com a migração em Roraima; verificar os impactos econômicos para o setor da saúde causados pelo crescimento populacional advindo da migração venezuelana; examinar a eficácia das políticas públicas para a área da saúde adotadas para o enfrentamento da crise migratória. Assim, quais os impactos socioeconômicos da migração venezuelana para a saúde pública no estado de Roraima? Suas hipóteses são as políticas públicas na área da saúde elaboradas para o enfrentamento da crise migratória têm pouca efetividade; a falta de preparo da administração pública local fez com que houvesse o agravamento da crise migratória; o estado de Roraima não possui infraestrutura em seus hospitais, maternidades, postos de saúde para receber os migrantes venezuelanos; a economia local, de certa forma, foi beneficiada com a migração dos cidadãos da Venezuela. De forma que o presente estudo, de caráter exploratório, tem como objetivo analisar quais os impactos para o setor da saúde com a migração venezuelana para a administração pública no estado de Roraima, desde 2015 até o corrente ano. Trata-se de uma análise minuciosa de dados quantitativos complementada por análises qualitativas, o estudo tem como base metodológica a análise descritiva de base de dados governamentais e internacionais, fontes jornalísticas, fontes jurídicas, artigos acadêmicos, entrevistas com autoridades e/ou pessoas envolvidas e anotações de campo, com vistas à produção de um panorama abrangente da migração para o estado de Roraima.

⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Vereador na Câmara Municipal de Boa Vista/RR.

AUXÍLIO BRASIL, AVANÇOS E LIMITES NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E DE RENDA NO BRASIL, PÓS COVID-19

Gilson Adriano de Oliveira Lima¹⁰

Resumo: Segundo o relatório das Nações Unidas, de julho/21, grande parte da população global estava subalimentada no ano de 2020. E no Brasil esta realidade não é diferente, nos últimos meses de 2020, 19 milhões de brasileiros passaram fome. Além disto o Brasil figura entre os países com maior desigualdade de renda do mundo, tendo entre 2016 e 2018 uma piora no índice de Gini. O que se agravou com a pandemia de COVID-19. Dito isto, o presente projeto de pesquisa pretende responder à seguinte questão: Quais os impactos da crise sanitária Covid 19 nos indicadores de desigualdade sociais e de renda no Brasil e quais os avanços e limites do novo programa de transferência de renda: Auxílio Brasil? Como objetivos pretendo analisar os avanços e limites dos programas de transferência de renda, no combate às desigualdades sociais, bem como identificar as causas do retrocesso dos indicadores de desigualdades, identificar as regiões mais impactadas e analisar a eficácia das políticas de transferências de renda no combate à desigualdade. Como hipóteses penso que o retrocesso ocorreu devido à piora do mercado econômico, pós crise de 2015 e foi intensificada com a crise pandêmica; que a desigualdade não é uniforme e que as políticas de transferência de renda são fundamentais na redução das desigualdades e no combate à fome e a miséria, porém são necessárias outras ações e políticas públicas. E como método de pesquisa pretendo utilizar a pesquisa qualitativa, através da análise documental e a análise dos banco de dados disponíveis.

¹⁰ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Gerente no Banco do Brasil.

DINAMIZAÇÃO NO CBMDF DE MODELOS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS

Japhet Alves Pereira Leite¹¹

Resumo: Como dinamizar no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal os modelos de gestão contemporâneos aplicáveis por Decretos Distritais é um problema de pesquisa relevante academicamente e pra sociedade. Essa proposta de estudo tem por objetivo geral pesquisar como o CBMDF pode potencializar a operacionalização desses modelos de gestão. Inicialmente serão estudadas as boas práticas dos modelos de gestão dos Decretos Distritais no 39.736/19 e no 37.621/16, depois será averiguado como cada modelo está sendo operacionalizado pelo CBMDF, então será levantado quais boas práticas que a corporação pode difundir em sua estrutura e, por fim, como dinamizar os modelos de gestão contemporâneos validados, em especial identificando quais os instrumentos apropriados. Metodologicamente estão sendo sugeridas três fases na busca do resultado científico. A abordagem metodológica será dedutiva, amplamente apoiada na revisão bibliográfica e em levantamentos, com lógica estruturada buscando encontrar iniciativas ainda não aplicadas na corporação que podem ser operacionalizadas, bem como estratégias de dinamização dos modelos de gestão definidos. O resultado do trabalho, após o devido teste das hipóteses, poderá apresentar estratégias de dinamização dos modelos de gestão do Decreto Distrital n° 39.736/19, sobre Gestão por Governança, abrangendo Compliance, Gestão da Qualidade e Gestão de Riscos, bem como do Decreto Distrital n° 37.621/16, sobre Gestão para Resultados, abrangendo Gestão Estratégica e Gestão de Projetos.

¹¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

ORÇAMENTO PÚBLICO: IMPORTANTE FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO PROGRAMA DE GOVERNO

Luciene Morais Paulo Coradini¹²

Resumo: O presente Projeto de Pesquisa visa trazer uma discussão acerca do Orçamento Público, destacando-o como importante ferramenta para avaliação das Políticas Públicas propostas ao Programa de Governo. Abordando alguns aspectos sobre a evolução do Orçamento Público no Brasil, permitindo refletir sobre os avanços do processo orçamentário, com vista ao atendimento das demandas da sociedade, fomentando a atuação dos Controles Internos na execução deste. Conceitualiza Políticas Públicas e Programa de Governo, bem como a importância do monitoramento e avaliação da execução, visando o cumprimento das metas e prioridades proposta para as principais políticas do Programa de Governo. Como delimitação do tema, o projeto de pesquisa propõe estudo de caso das peças orçamentárias elaboradas para as políticas públicas nas áreas com maiores demandas, sendo estas: Educação; Saúde; Infraestrutura; e Assistência Social, da Prefeitura de Aripuanã-MT no período de 2018 a 2021. Investigando a problemática de quais os métodos aplicados pelos gestores administrativos dessas áreas, para monitorar e avaliar a execução das metas e prioridades para as Políticas Públicas proposto ao Programa de Governo. Para isso, o estudo terá como objetivo geral pesquisar quais métodos utilizados para monitorar e avaliar a execução do orçamento, proposto pela Gestão ao Programas de Governo elencados nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), no período de 2018 a 2021. Especificamente buscar-se-a: a) apresentar fundamentos teóricos relacionados ao tema de estudo; b) Selecionar as metas e prioridades das Políticas Pública para Programa de Governo nas áreas de: Educação; Saúde; Infraestrutura e Assistência Social, do Município de Aripuanã no período de 2018 a 2021; c) Conhecer a estrutura do corpo técnico, das Unidades administrativas selecionadas, responsável pela elaboração e execução do orçamento público; d) Identificar os métodos aplicados, para monitorar e avaliar a execução das ações propostas as Políticas Públicas visando atender as demandas dentro do período analisado e; e) Verificar se a aplicabilidade dos métodos são eficaz aos resultados propostos para políticas públicas nas áreas selecionadas. Para levantamento dos dados, será a Metodologia de pesquisa bibliográfica e exploratória com pesquisa de campo realizando entrevista a servidores que atuam nesta área, observando e registrando os métodos utilizados pelos servidores no monitoramento e posterior avaliação das peças orçamentárias comparando os valores orçado e executado. Isto feito, trabalhar-se-á os dados coletados visando atender os objetivos propostos e testar a hipótese levantada.

¹² Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Auditora Pública Interna na Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT.

EFICÁCIA INVESTIGATIVA EM CRIMES DE HOMICÍDIOS E FEMINICÍDIOS NAS DELEGACIAS CIRCUNSCRICIONAIS DA PCDF.

Marcelo Zago Gomes Ferreira¹³

Resumo: Esse estudo parte da inquietação popular e da comunidade acadêmica acerca das investigações de homicídios e feminicídios no Distrito Federal. De igual forma, há interesse constante pelo estudo e aferição da taxa de elucidação desses crimes, cujo cálculo, muitas vezes, é feito por uma metodologia que não reflete a realidade brasileira. Assim, surgiu o problema de pesquisa: quais as potencialidades e os desafios para a eficácia investigativa de homicídios e feminicídios nas Delegacias de Polícia Civil circunscricionais do Distrito Federal entre os anos de 2019 e 2022? A hipótese principal é de que a eficácia investigativa de homicídios e feminicídios da PCDF ocorre, dentre outros fatores, em virtude da gestão de investigação e da integração entre suas unidades. Destarte, o objetivo geral é compreender as potencialidades e os desafios para a eficácia investigativa de homicídios e feminicídios nas Delegacias de Polícia Civil circunscricionais do Distrito Federal entre os anos de 2019 e 2022; e os específicos: descrever o cenário dos crimes homicídios e feminicídios no Brasil e no Distrito Federal; revisar a literatura referente à metodologia de aferição de eficiência e eficácia das polícias judiciárias sobre homicídios e feminicídios; e analisar os fatores que podem influenciar o sucesso ou não das investigações da PCDF sobre homicídios e feminicídios. Para tanto, serão utilizados os métodos quantitativos e qualitativos com pesquisa bibliográfica e de campo, e aplicação de questionários mistos a agentes públicos de cinco delegacias circunscricionais com maior desempenho na elucidação de homicídios e feminicídios no Distrito Federal.

¹³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Delegado de Polícia e atua na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: DEFINIÇÃO DE MECANISMO ADEQUADO DE FISCALIZAÇÃO INTERNA

Ricardo Adriano Haacke¹⁴

Resumo: O presente projeto visa demonstrar a necessidade de formação de carreiras específicas aos fiscais de contrato, com alinhamento direto com o Controle Interno, Procuradorias e Controle Externo (TCE e MP), possibilitando maior segurança nas aquisições públicas. Alternativamente, prestigiando o mecanismo de pesos e contrapesos, sugere-se a desafetação destes profissionais, permitindo que o Fiscal de Contratos do Executivo e Judiciário seja vinculado ao Poder Legislativo, ou, até mesmo, ao Ministério Público. Argumenta-se, também, sobre um melhor treinamento aos representantes do Parquet, pois é visível a falta de conhecimento destes profissionais sobre os diversos trâmites administrativos, quando a matéria é mais específica, como, no presente caso, a adequada liquidação de empenhos e suas consequências. A pesquisa será atrelada em material doutrinário, proposições legislativas e vivência empírica, que pretendemos demonstrar através de amostragens.

¹⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Procurador Jurídico na Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT.

EFETIVIDADE DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DOS INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Roberto Monteiro¹⁵

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo entender o modelo de controle utilizado para acompanhar e avaliar se as estratégias são efetivas e estão sendo implementadas de acordo com as diretrizes definidas pelo FI-FGTS. Nesse sentido, será adotado o Estudo de Caso como sendo o mais apropriado a fim de entender os mecanismos utilizados para avaliar a efetividade das estratégias e dos indicadores de performance utilizados para o acompanhamento dos investimentos em participação societária que financiam projetos de infraestrutura com recursos do FI-FGTS. Como coleta de dados, será utilizada entrevistas semiestruturadas com os Conselheiros do FI-FGTS e administradores das empresas investidas (Conselheiros de Administração e Diretores) envolvidos na implementação das estratégias estabelecidas para os investimentos em participações societárias que financiam projetos de infraestrutura com recursos do FI-FGTS e documentos (normativos, leis, regulamentos, regimentos etc) relativos às diretrizes e gestão dos investimentos em participação societárias feitos com recursos do FI-FGTS para financiar projetos de infraestrutura. Para fins de análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo com vistas a identificar as principais práticas de controle que são utilizadas para avaliar a efetividade da implementação das estratégias estabelecidas para os investimentos em participação societária com recursos do FI-FGTS para financiar projetos de infraestrutura.

¹⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Técnico Bancário na Caixa Econômica Federal.

COMPRAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS: A EXPERIÊNCIA DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ

Rodrigo Marques Pimentel¹⁶

Resumo: Estimulada pela lei n.º 14.133/2021, a centralização das compras públicas é um modelo de referência a ser adotado na administração pública brasileira, uma vez que uniformiza os processos e padroniza as aquisições, naquilo que é comum. O presente estudo visa analisar a roupagem centralizada de compras públicas do Poder Executivo do Estado do Amapá, permitindo-se obter um panorama do modelo adotado. Nesse contexto, obteve-se o seguinte problema de pesquisa: o que resultou a implantação do sistema de compras centralizadas no Estado do Amapá? Além disso, metodologia adotada basear-se-á em um estudo de caso, bem como na coleta de dados primários em sistemas institucionais, complementada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo geral da pesquisa é analisar os resultados da implantação do modelo de compras centralizadas no Estado do Amapá, enquanto que os objetivos específicos consistem na análise do procedimento de compras pública centralizadas; identificação os quantitativos de objetos licitados; verificação do papel do Sistema de Registro de Preços no modelo centralizado de compras; verificação do número de órgãos e entidades atendidos pelo Sistema de Registro de Preços; verificação de eventual economia de recursos alcançada. Quanto às hipóteses, a partir de evidências empíricas pesquisa se concentra nas seguintes hipóteses: A centralização das compras públicas resultou na padronização de procedimentos e processos; o modelo de compras centralizadas trouxe economia de recursos públicos; as demandas de aquisições dos órgãos e entidades são atendidas pelo processo de compras centralizadas e grande parte das demandas de aquisições são atendidas por sistema de registro de preços.

¹⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha na Procuradoria-Geral do Estado do Amapá como Procurador de Estado.

GOVERNANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE EM UM TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Suzana Regina da Silva Fernandes¹⁷

Resumo: O objetivo da presente pesquisa é avaliar a eficiência da implantação do Programa de Integridade do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) como instrumento de governança e de prevenção e combate à corrupção, na percepção de magistrados e servidores. Trata-se de uma determinação dos órgãos superiores do Poder Judiciário para que todos os tribunais instituem sistemas de integridade para modernizar a governança, de modo a preparar os tribunais para detectar, prevenir e punir fraudes e outros tipos de irregularidade, com a implementação de uma cultura de integridade e a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades. A pesquisa terá natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de um Estudo de Caso destinado a analisar se, na percepção dos servidores, a implantação do Programa de Integridade no TRT/RJ contribuiu para a prevenção e o combate à corrupção, bem como levantar os benefícios e potenciais dificuldades na implantação do programa.

¹⁷ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ).

GOVERNANÇA CORPORATIVA NA LEI DAS ESTATAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Walma Aguiar Martins¹⁸

Resumo: A adoção de práticas de governança reconhecidas pelo mercado facilita o acesso ao capital a custos menores, porém as exigências às quais a organização se submete podem produzir efeitos planejados. O presente trabalho analisará os impactos gerados na adequação da estrutura organizacional da Governança Corporativa em algumas Empresas Públicas de Saneamento no Brasil, com base na Lei nº 13.303/16, a “Lei das Estatais”. A orientação metodológica será a análise qualitativa e quantitativa, por meio de pesquisa documental e bibliográfica além da realização de questionários direcionados visando obter informações acerca da estrutura organizacional, quantidade e formação da equipe técnica, bem como das boas práticas da gestão da unidade de Governança Corporativa.

¹⁸ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Analista de Suporte ao Negócio na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB).

O DESAFIO DA ECONOMIA LOCAL DOS PEQUENOS MUNICÍPIO DIANTE DOS PROCESSOS DIGITAIS DE COMPRAS PÚBLICAS ESTABELECIDOS PELA LEI 14.1333/2021

Wederson Advincula Siqueira¹⁹

Resumo: Com o procedimento digital de compras públicas permite-se uma maior competitividade entre os fornecedores, pois qualquer fornecedor poderá facilmente participar do processo de licitação de qualquer lugar do Brasil, utilizando somente o seu computador, sem precisar gastar recursos com deslocamento até o local do certame. Assim, com a aumento da competitividade, a administração pública poderá obter propostas financeiramente mais interessantes. Se por um lado o processo digital possibilita adquirir produtos e serviços por um preço melhor, de outro atinge a economia local dos pequenos e médios municípios, pois as empresas e fornecedores locais ou regionais deixam de vencer várias licitações. Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é discutir qual o interesse público que mais atende aos pequenos e médios municípios: obter produtos e serviços com melhores preços ou proteger a economia local por meio de instrumentos legais que estabeleçam preferências para empresas locais ou regionais. Parte-se da hipótese que o fortalecimento e proteção da economia local traz não apenas ganhos sociais, com a criação de empregos, mas também faz o dinheiro circular no Município e, com isso, um retorno fiscal ou tributário para as finanças públicas. Partindo destas premissa, após um levantamento, comparando pregões presenciais com os eletrônicos no Estado de Minas Gerais e as porcentagem de contratos assinados com fornecedores locais e externos, entrevistaremos autoridades públicas (secretários de desenvolvimento, SEBRAE, FIEMG e etc) diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico no Estado de Minas Gerais, objetivando traçar os parâmetros deste fenômeno que tende a avançar, na medida que a Lei 14.133/2021 é implementada e será obrigatória em 1º de Abril de 2023.

¹⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Sócio da Moura Lima e Siqueira Advogados Associados.



idp